

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria



Projeto

Educativo

2013 / 2017



INDICE

INTRODUÇÃO	4
I - O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA	5
1. Caracterização contextual do Agrupamento	5
1.1. O Agrupamento e o meio	5
1.2. Vieira de Leiria: Passado e presente	7
2. Constituição do Agrupamento	16
2.1. Caracterização sumária dos espaços físicos	16
II - DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS A 2012/2013	22
Abandono escolar por ano de escolaridade	22
Taxas de sucesso escolar	23
Quadro de mérito	24
Nº total de alunos retidos – uma ou mais vezes	24
Insucesso escolar por áreas disciplinares curriculares e não curriculares	24
Percentagem de alunos que progrediram sem aproveitamento a Português ou a Matemática	26
Percentagem de alunos que progrediram sem nenhuma negativa	27
Nº de alunos subsidiados do escalão A e do escalão B retidos por anos de escolaridade	29
Resultados dos Instrumentos de Avaliação Externa em 2012/2013	30
Procedimentos disciplinares em 2012/2013	32
III - VISÃO	33
IV - MISSÃO	33
V – VALORES CENTRAIS	34
VI – PONTOS FORTES A POTENCIAR	34
VII – PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DE MELHORIA / PRIORIDADES PARA 2013/2017	35
VIII – OBJETIVOS GERAIS	37
IX – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO	37
X – PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA	41



XI – CRITÉRIOS PARA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	46
XII - PARCERIAS	49
XIII – ÁREAS DE FORMAÇÃO	50
XIV – AVALIAÇÃO DO PROJETO	51



INTRODUÇÃO

Para dar cumprimento ao disposto no Decreto-[Lei nº 172/91, de 10 de Maio](#), no que diz respeito à Gestão e Administração das Escolas do Ensino Básico e Secundário, apresenta-se o Projeto Educativo (PEA) do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria que irá estar em vigor até ao ano letivo de 2016/2017.

Reconhece-se que a qualidade de ensino e a capacidade de corresponder às situações reais e de mobilizar os recursos locais passa pelo envolvimento das escolas na procura de percursos que se adequem a contextos reais, conducentes a uma formação com sentido para todos, e, assim, assume-se a necessidade de estruturar toda a prática educativa. Tal metodologia pressupõe uma visão prévia do que se vai realizar, implica uma planificação como um «instrumento» cuja finalidade consiste, portanto, em otimizar a prática educativa. Entende-se ser esta a principal função de qualquer projeto educativo, sendo esta igualmente a visão deste Projeto Educativo, apresentado como um plano de trabalho, suscetível de melhoramento.



I- CARATERIZAÇÃO CONTEXTUAL DO AGRUPAMENTO

1.1. O AGRUPAMENTO E O MEIO

A freguesia de Vieira de Leiria, com uma área de 47 quilómetros quadrados, compreende a povoação sede, Vieira de Leiria, Praia da Vieira, Passagem, Boco e Casal d'Anja. A sua população ativa emprega-se nos diferentes sectores de atividade, em grande parte, noutras localidades. Reportando-nos ao ambiente rural, a agricultura, em regime subsidiário, surge na Passagem, no Boco e Casal d'Anja, pequenos e médios agricultores que, ao sábado, no mercado da vila, vendem os seus produtos. A pesca é ainda artesanal e também uma ocupação subsidiária, na medida em que nela se ocupam muitos dos que se empregam na indústria, nos serviços ou estão já reformados. Mas da venda do peixe ainda subsistem algumas famílias. Mantém-se ainda uma tradição de venda diária junto do consumidor, embora o peixe já não venha tanto, como então cantavam, da “nossa Praia”. O comércio está muito desenvolvido, a par dos minimercados, em que se transformaram antigas mercearias e tabernas, surgindo as lojas de especialidade. Os “cafés” pululam em ruas ou ruelas a permitir um convívio que se mantém na tradição dos muitos frequentadores.

Na indústria de limas, de longa tradição, laboram já só duas unidades fabris de pequena dimensão, e que foram, em tempos, polo de atração de mão-de-obra, embora venham atravessando, nas últimas décadas, uma crise estrutural.

Também de tradição longínqua é a indústria dos vidros, tendo, no entanto, encerrado a última unidade em 2005.

A indústria de aços apresentou sempre saldo satisfatório, fornecendo matéria-prima para as fábricas de limas e para o exterior; no ano de 1994 apresentou uma situação de falência, de que veio a recuperar, dando origem a uma nova fábrica de capital alemão, laborando hoje satisfatoriamente. Há ainda fábricas de serração de madeiras, pequenas unidades em regime de exploração familiar. A indústria panificadora sofreu a concorrência saudável do fabrico caseiro, de enorme procura, vendido através de intermediários ou diretamente. Têm vindo também a instalar-se com sucesso unidades de congelação de produtos, de venda direta e indireta, servindo o mercado interno e outros pontos do País. No momento, a zona industrial está em expansão, bem situada e servida por uma moderna via de comunicação e circulação rodoviária. Também aí se têm instalado indústrias diversas, pequenas e médias empresas, como fábricas de moldes, de cartonagem, de focagem de vidro, de plásticos, de abate de aves, de mobiliário, de ferramentas.



A indústria hoteleira tem progredido. As ofertas são cada vez de maior quantidade e qualidade e os restaurantes, não só são em número que permite uma escolha pelo consumidor, como praticam um bom serviço de refeições, o que beneficia a procura de turismo de qualidade. A gastronomia tem tido um desenvolvimento considerável, sendo a freguesia, sobretudo a Praia da Vieira, distinguida como zona importante no sector.

Na Praia, o artesanato de miniaturas sobre as fainas da pesca, os barcos e as casas que memorizam a tradição, constitui um empreendimento familiar. Aí, o comércio de Verão constitui ainda uma fonte de receitas, se bem que sem características diferenciadas de outras localidades do País, excetuando uma ou outra casa com artigos alusivos à Praia. Verifica-se na época balnear um acréscimo enorme de movimento.

A Vieira vive na atualidade um clima de alguma instabilidade, uma vez que, com o encerramento da fábrica “Dâmaso Vidros de Portugal”, no final do ano de 2005, aumentou significativamente o desemprego. Sofre, como muitas outras terras em que o progresso se instala, os males da modernidade, chegando até nós não já apenas os ecos mas mesmo um consumo de droga que tem tendência a infiltrar-se pelos mais jovens, mas de algum modo se vai mantendo nos limites do conhecimento dos responsáveis, estendendo-se a grupos mais ou menos circunscritos.

Abertas às infiltrações de novas culturas e costumes, as gentes da Vieira não se deixam aculturar, aqui coexistindo, lado a lado, o tradicional e o moderno. Das instituições de cultura e recreio, citam-se, na Vieira, na Praia e no Casal d’Anja as Bibliotecas e os Clubes Desportivos, estes últimos com grupos filiados na distrital de futebol de Leiria e desenvolvendo diversas modalidades desportivas. Contam-se ainda associações diversas: Rancho Folclórico Peixeiras da Vieira, Clube de Caça e Pesca, Associação de Columbofilia, Escola de Música, Ginástica de Manutenção, Escola de Bordados. Citam-se ainda, mais recentes, Centros de Tempos Livres para Crianças e Centros de Dia para idosos.

Concluído em 1989 pela Câmara Municipal, o Pavilhão Gimnodesportivo serve as escolas e a população em geral, tendo-se-lhe seguido a construção da piscina, já em funcionamento desde Maio de 2001. A Associação dos Bombeiros Voluntários possui o seu quartel, edifício bem apetrechado onde se proporcionam atividades de lazer e cursos vários de aprendizagens específicas. A extensão dos Serviços de Saúde data da década de 90, existindo ainda duas policlínicas privadas. A sede da Junta de Freguesia, edifício com a dignidade e instalações que se impunham, atendendo aos numerosos serviços que presta à população da vila, foi inaugurada no ano de 2001.



Pela Portaria n.º 791/75, de 31 de Dezembro era criada a escola Preparatória, entrando em funcionamento no ano lectivo de 1975/76; em 1977, num processo de continuidade, a Portaria n.º 244/77, de 9 de Maio criava a Escola Secundária, resultando do antigo Colégio Beira-Mar e continuando a funcionar nos anos letivos seguintes nas instalações do referido colégio.

A partir de 1984 passa a funcionar em novas instalações, criadas de raiz. Sob proposta do órgão de gestão e obtida a concordância da Câmara Municipal da Marinha Grande, toma a designação de Escola Secundária José Loureiro Botas, por decisão do Secretário de Estado da Administração Educativa publicada na II Série do Diário da República de 17 de Abril de 1997.

No ano letivo de 2003/04 foi criado o novo Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, consubstanciado pela adesão da Escola Secundária José Loureiro Botas ao agrupamento vertical já existente na localidade – criou-se assim uma estrutura que inclui estabelecimentos de ensino de todos os graus, desde o Pré-Escolar até ao Secundário.

1.2. VIEIRA DE LEIRIA: PASSADO E PRESENTE

Nascida sobre o areal, a jusante do Lis, Vieira de Leira tem no seu nome a reminiscência das conchas caneladas da beira-mar, avivada nos emblemas de coletividades e do próprio brasão da vila. O tempo modificou-a na sua paisagem, nos seus costumes, moldou as gentes à necessária aculturação dos sucessivos povoados e dos novos modelos de subsistência, mas não lhe roubou a traça persistente de terra de praia e de pinhal, em semente que a Natureza conservou nos homens, apesar de épocas e de gerações. O Rio, mais para o interior da freguesia, empresta-lhe a feição rural, as margens oferecendo-se em terras férteis e ávidas de um pão necessário; na foz, maré-alta ou maré-baixa, as águas, pequenas cachoeiras de espuma branca a elevar-se, escondem os perigos da junção com o Oceano, corrente bravia que arrasta na sua turbulência as areias, ora adelgaçando, ora alargando o casamento do rio com o mar.

Permanece incerta a data exata do nascimento da Vieira; a sua situação geográfica privilegiada, servida por um rio navegável em tempos idos, permite-nos supor um povoamento precoce. As fainas marítimas sempre acompanharam a formação do Reino e os rios foram, desde sempre, as primeiras vias de comunicação dos homens que o litoral conheceu, desde os primórdios da nacionalidade - a demanda de outros litorais, através da incipiente navegação de cabotagem.



Por um foral de D. Sancho I, no século XIII, sabemos o rio navegável, estrada de transporte de madeiras e de pescado, portanto, já com moradores permanentes. Com D. Dinis, no início do século seguinte, conhecemos a preocupação de fomentar todos os meios de riqueza nacional, não tendo deixado de exercer a sua influência nesta região, pois procurou interessar os povos pelas terras, que encontrou na posse das Ordens Religiosas, impulsionando a agricultura e a própria marinha nacional.

É também obra deste rei a drenagem do paul de Ulmar, constituindo o seu Reguengo de Ulmar, numa ação em que, a par da conquista de campos às águas do Lis, beneficiava também a saúde pública, conforme o que se afirma numa carta do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, datada de 1309, sobre as gentes que padeciam de constantes doenças e, daí em diante, passaram a viver saudavelmente.

A Vieira cresce disseminando-se até Monte Real. Mas, em 1512, surge já separada de Monte Real e constituindo uma nova povoação, com quarenta moradores, agregando uma parte de Carvide. Em 1615, a população ergue uma capela de invocação a Nossa Senhora dos Milagres, por ser grande o seu número de habitantes e estar distante da sede paroquial, em Carvide. O seu progressivo desenvolvimento, no tempo da dominação filipina, em que o pinhal sofreu um novo impulso de plantio, irá permitir que, em 1740, criada a respetiva freguesia, tenha já um número de mil habitantes. A primitiva igreja, demolida mais tarde, veio a ser reconstruída em 1787, constituindo a igreja da instituição paroquial. Na década de 60 do século XX, o pároco da freguesia levou a cabo obras que visaram o reforço das estruturas que ameaçavam ruína, embora viessem a alterar a primeira traça.

Nos finais do século XVIII, em 27 de Novembro de 1791, a Vieira, sobretudo a Praia, irá ressentir-se de um forte abalo sísmico, o maior desde o terramoto de 1755, que atingiu toda a parte Sul do Reino -de Lisboa a Beja, soterrando pessoas e edifícios. As fortes tempestades fizeram-se sentir nos portos, e na Praia da Vieira registaram-se também naufrágios com perdas de barcos e de vidas. Ano de luto que Loureiro Botas iria retratar nos seus vigorosos contos, numa linguagem plena de pitoresco e colorido, tratando as figuras típicas da Praia com a amorosa ternura que nos merecem os que mourejam o pão na luta com o mar. Os seus escritos, procurando elevar-se ao nível da significação, socorrem-se do passado e do seu presente para nos apresentarem o vivo retrato do homem da Praia, crestado pelo sal e pelo vento, aureolado por uma dureza que a dor transforma, entre firmeza rude do chefe do casal que sabe e sente, na mulher, a mãe e a companheira, moira de



trabalho como ele, dia e noite rezando porque tem de rezar, ou é a tempestade, ou o filho doente, ou o neto a definhar-se, ou os frutos que a courela semeada lhe nega.

O deambular das areias, pelo constante assoreamento do mar, acabaria por obstruir a foz, levando a inundações frequentes do Rio sobre as margens. Do século XV em diante referem-se-lhe os documentos, fazendo-se sentir em anos de maior intensidade e provocando estragos na agricultura e mesmo nas barracas dos moradores. O Boco, a Caravela, a Galeota, pelos troços de muralhas com argolões onde se amarravam os barcos, bem visíveis ainda nos meados do nosso século, falam-nos dessa irregularidade do estuário do Lis; também as Eirinhas nos contam da impetuosidade do seu leito, determinando então no local a existência de marinha de sal.

A regularização do Rio era tarefa importante para toda a região, mas só nos finais do século XVII, princípios do seguinte, se viria a construir o molhe longitudinal, na margem esquerda do Rio, até ao nível maior da baixa-mar; apesar de não concluídas, as obras na foz do Lis marcam o princípio de uma nova prosperidade na Vieira, uma vez que o rio se tornou de novo navegável. O engenheiro Oudinot, a quem foi entregue a obra, não veio a concluí-la por ter sido solicitado para acorrer aos problemas na foz do Vouga, tendo em vista a abertura da barra de Aveiro (por essa altura, o empaludamento da região aveirense, provocando a ruína das terras e das gentes, conduziu a uma fuga de habitantes para Sul).

Data dos finais do século XVIII o maior surto de migrações trazendo consigo costumes diversos, entre os quais o vestuário das mulheres da Vieira, com o chapéu preto peculiar e os canos de lã; o mesmo em relação aos barcos típicos, barcos do alto, em meia-lua, utilizados na pesca do arrasto. Serradores e pescadores, as mulheres entregando-se ao amanho das terras e ao transporte do peixe, fixando-se por uma área de cerca de 50 000 hectares, próximo das areias do litoral, aproveitaram a madeira abundante para construírem as habitações características da beira mar: os palheiros, barracas de madeira sobre estacaria, defendendo-as das vagas na maré-alta, e, sobretudo das areias que podiam circular, varridas pelas nortadas, sem os soterrarem. Mas o Lis, em cuja foz o mar e a areia brincavam impunemente, num jogo de armadilhas, já em 1887, escoando as suas águas para sul, devido ao desvio de cinco quilómetros da primitiva foz, ameaça, na Praia da Vieira, levar os palheiros dos pescadores.

No século XIX, ao longo dos anos e dos diferentes reinados, em documentos de uma legislação, repetindo por vezes ou aprofundando normas anteriormente



emitidas, encontramos continuadas referências à terra, às gentes, ao pinhal, à praia. Com D. João VI, em Abril de 1824 é publicado o “Regulamento Geral de Fazenda da Marinha”, criando a Administração Geral das Matas e determinando o embarque de madeiras do Pinhal do Rei a partir da foz do Lis. O depósito de todo o material lenhoso e outro, como vidros, alcatrão, sementes, era empilhado e arrumado em barracões nas Tercenas, aguardando o momento do seu embarque. Junto a estes barracões, servindo de armazém, havia outros onde se faziam os saveiros e outras pequenas embarcações. Em períodos de boas marés, o rio era navegável e os barcos reais viriam até junto das Tercenas para aí serem carregados. Normalmente, no entanto, os navios pairavam próximo da foz e os produtos do pinhal eram levados em jangadas ou nos próprios saveiros e guindados para as embarcações seguindo o destino do Arsenal da Marinha. O movimento na foz do Lis era enorme, os carregamentos feitos revelando o rendimento em benefício da fazenda pública.

Vem dessa época a construção naval em Vieira, o fabrico manual de limas e, concomitantemente, o fomento da atividade da pesca e da serração manual. Há igualmente notícia de uma fábrica de vidraça, fundada em 1840, na margem esquerda do Rio, a quinhentos metros da foz, que apenas laborou durante cinco anos. Só em 1922 lhe sucederá, na Vieira, a fábrica que entretanto também desapareceu.

Sem dúvida que data de então o aumento demográfico da localidade. Já em 1836 o Administrador Geral das Matas entende de proveito para o Estado a cedência a particulares, por arrendamento em géneros ou dinheiro, de terrenos para cultivo, na Charneca de Elvira, conduzindo a uma Portaria de D. Maria II no ano seguinte, demarcando as Matas Nacionais de modo a que os povos da Vieira ficassem na posse da dita Charneca. Meses mais tarde (a Portaria é de Fevereiro de 1837 e a oposição surge em Novembro do mesmo ano), o Administrador do Pinhal de Leiria pede a revogação da Portaria, alegando dever conservar-se a integridade da Mata como propriedade da Nação.

Luís da Silva Mouzinho d’Albuquerque, Administrador Geral interino do distrito de Leiria, a pedido da rainha, perante as opiniões dispares, emite longo parecer fundamentando, nomeadamente citando o aumento da população da Vieira, terra de laboriosa gente, na indústria e pesca como no serviço do pinhal, pelo que, necessariamente, tem de ver acompanhar o acréscimo populacional com o aumento de terrenos para cultivo e habitação. Argumenta ainda, lembrando como a própria Casa do Infantado, criada por D. João IV, visando interesses dos filhos segundos, soubera já, no final do primeiro decénio do século, compreender a necessidade de



ceder aos povoadores as terras da lezíria do Lis, muito antes da sua extinção, em 1834, em que todas as propriedades que lhe pertenciam passaram para a fazenda pública.

Em nova Portaria, D. Maria II reitera essa cedência desde o lugar da Passagem até ao Pilado, sem outros encargos além dos impostos gerais.

Ao longo dos tempos modernos serão constantes e veementes os pedidos de terrenos, devido às carências sentidas pelos habitantes. Em 1862, é Bernardino José de Carvalho que pede o arrendamento de uma pequena parcela de terreno na margem do Rio, as Eirinhas, e o aumento sempre crescente da população levaria, em 1865, a desarborizar uma área de 89 hectares para ceder aos povos da Vieira e que ficou com a designação do Courelas da Vieira. Em 1922, por Decreto-Lei, é concedida à Câmara Municipal da Marinha Grande, na margem esquerda do Lis, junto à foz, uma área de 20 hectares para alargamento da povoação, devendo a mesma Câmara providenciar a construção de uma escola primária. Arala Pinto, Chefe da Circunscrição Florestal da Marinha Grande, dez anos depois, aponta a necessidade de alargar essa cedência englobando toda a área ocupada pela povoação. Afirma que os terrenos demarcados pelo citado Decreto-Lei não estavam arborizados e por outro lado considerava as necessidades de habitação, secagem de peixe e campo de jogos. Já em 1926 tinha exposto a necessidade, com benefício para o Estado, de ceder gratuitamente à Junta de Freguesia da Vieira os terrenos de cultura conhecidos por Cerredos da Praia, bem como de vender a preços ínfimos a particulares os dos Talhões da Vieira.

A cedência de terrenos das Matas constituiu desde sempre fonte de discórdia entre rendeiros e os responsáveis locais pela Administração Florestal, problema que se arrasta até aos nossos dias. Por um lado, a alma vegetal, moldada através de gerações, floria com as camarinheiras e os medronheiros, desenvolvia-se entre fetos, tojos e rosmaninhos rasteiros, sobretudo, entre os troncos eretos dos pinheiros ondulando as copas e sonhando o verde pino que el-rei cantou. Por outro, a alma da intrusa inovação que busca subsistência, casa, indústria. Ontem, como hoje, o equilíbrio necessário de um crescimento sem ruturas ambientais, sobretudo uma adequação aos novos tempos que nunca poderá compatibilizar-se com posições extremas de um ou de outro lado.

Na realidade, em 1843, a freguesia da Vieira já se compunha de 2 000 habitantes distribuídos por 400 fogos. O censo de 1880 fazia-lhe corresponder 3 544



habitantes, número que subiu para 4037 em 1915. O recenseamento de 1981 dá-lhe 5501 residentes.

Dez anos passados, em 1991, os números referem uma população residente de 5606 habitantes, distribuindo-se por 3 436 alojamentos.

Os dados referentes ao censo de 2001 indicam que a população residente era composta por 5743 habitantes, distribuindo-se por 4189 alojamentos.

De acordo com os censos de 2011, apresentam-se os seguintes dados referentes à população de Vieira de Leiria:

2011								
Presente			Residente			Famílias	Alojamentos	Edifícios
HM	H	M	HM	H	M			
5568	2624	2944	5845	2774	3071	2310	4399	3204

Também no que se refere à demarcação dos terrenos da orla litoral, nem sempre surgiram fáceis os entendimentos. Em 1864, um Decreto dividia as alfândegas em duas circunscrições: marítima e da raia - então, era a luta contra o contrabando que o período da Regeneração procurava colmatar. A Praia da Vieira constituiu-se em delegação marítima e os pescadores, dispensados em 1875 de fazer as suas matrículas na capitania de S. Martinho do Porto, conheceram também uma época de frutuosa pescaria.

Ainda em 1854, o Governador Civil de Leiria, face à ameaça de inundações, pedia que se fizesse a sementeira dos areais em Setembro e, dois anos mais tarde, o engenheiro Margiocki é encarregado de estudos convenientes, tendo em vista os meios que dessem solução aos prejuízos causados na Praia, devido às tempestades do Inverno anterior, bem como as obras que tornassem o leito do rio seguro, obviando a novos danos.

No editorial de “A Foz do Lis”, de 5 de Novembro de 1923, lemos ainda sob o título de “Reclamação Justa” uma reivindicação dos proprietários de terras, alarmados com os prejuízos causados pelas cheias do Lis. Acusam a falta de providências a tomar na foz, visando o regular escoamento das águas e impedindo as frequentes inundações dos campos marginais. Pugnavam então, junto do Ministério do Fomento,



pela criação de uma verba destinada ao Policiamento Hidráulico da Barra do Rio Lis, de modo a que, prevendo-se a obstrução, se acionassem os mecanismos imediatos da regularização da sua abertura. Em 26 de Maio de 1957, deu-se a inauguração das obras do Lis que levaram onze anos a concluir e visavam a regularização do leito, impedindo as inundações e o conseqüente prejuízo das culturas.

Embora já haja referências anteriores, é na viragem do século XIX para o século XX que a escolha de melhores condições de vida por parte das gentes da Praia dá origem ao último grande movimento migratório português.

Foram para o Tejo e Sado lá os chamaram de “Avieiros” - nome que os dicionários não traduzem, a palavra derivará da sua proveniência e, se alguma vez teve sentido pejorativo por referir alguém que veio de fora e não se integrou na nova comunidade, a designação ficou e os pescadores não se ressentiram, assumindo-se com naturalidade e até um certo orgulho mesmo, ao falarem da Vieira, alguns sem nunca cá terem vindo mas numa quase fidelidade à tradição que lhes ficou na imagem da terra, não porque os visse nascer, mas porque, de pais para filhos, lhes foi perdurando na memória. Hoje poucos restam dos muitos que foram inicialmente, constituindo-se em aglomerados distintos, em progressiva integração na sociedade local.

A importância histórica e o potencial turístico-cultural das manifestações materiais e imateriais ainda existentes levaram a que, sob proposta inicial da Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça (AIDIA) e da Escola Superior da Educação de Santarém (ESES) se iniciasse o Projeto de Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional. Os protocolos estabelecidos entre a ESES – entidade coordenadora – e as diversas autarquias e escolas das bacias do Tejo e Sado, bem como a da Marinha Grande, da Vieira de Leiria e da região da Gândara são a garantia do êxito desta iniciativa.

Em princípios do século XX já Vieira de Leiria era o mais importante centro de fabrico de limas no País, e o maior aglomerado populacional da área, tendo, por isso, sido escolhida para a colocação de médicos que cobriam as freguesias de Carvide, Coimbrão, Monte Real, Monte Redondo e Souto da Carpalhosa.

O orago da vila é à Nossa Senhora dos Milagres - os festejos da padroeira desenrolam-se em Agosto, altura em que se encontram a passar férias os ainda numerosos emigrantes europeus. Englobam cerimónias religiosas e a festa profana, tipicamente rural, com as suas barracas de rifas, farturas, doces, etc..



Elevada a vila em 9 de Julho de 1985, Vieira de Leiria dista cerca de 14 quilómetros da sede do concelho, Marinha Grande. A sede atual do concelho sofreu ainda algumas vicissitudes: criado concelho em 1836, na vigência do regime Setembrista, é extinto em 1838, e só por Decreto de 20 de Janeiro de 1917 se viria a tornar definitivo o seu estatuto de concelho, agregando a freguesia de Vieira de Leiria, pelo que ambas as localidades deixaram de pertencer ao concelho de Leiria.

Vieira de Leiria é uma zona de planície e clima suave, em que a proximidade do mar se reflete nos Verões e Invernos pouco rigorosos, apresentando contudo uma humidade elevada, característica de zonas de microclima. As paisagens são diferenciadas, desde os campos cultivados, o pinhal extenso, as dunas e areias a perder de vista, ao longo do litoral, algumas bem castigadas pela incúria do homem e hoje procurando manter-se uma proteção eficaz. Depois, os aglomerados do casario ou casas esparsas, expressando uma antiguidade visível ou, mais novas, mais ao sabor do gosto pessoal, em vivendas. Ultimamente, os blocos habitacionais conferem, onde se erguem, uma maior similaridade de construção.

O Lis, outrora navegável e local de apazíveis passeios de barco, encontra-se bastante poluído ao longo de todo o seu percurso e na foz arrecada nas águas paradas e escuras o aglomerar de despejos e desperdícios que o tornam cada vez mais baixo de águas em confronto com as lamacentas terras depositadas no seu leito. Continua prevista a sua despoluição e tratamento ao longo de todo o curso, mas a urgência não tem conseguido ultrapassar os trâmites burocráticos e de financiamento, sendo frequentes, nos últimos anos, as descargas poluidoras que vêm conduzindo ao desaparecimento de algumas espécies piscícolas.

No que se refere ao ensino, só a instrução primária vinda dos anos 20, sucessivamente alargada aos outros lugares da freguesia, se manteve até metade da década de 60. Os constrangimentos desses anos, face a antigas imagens que se queriam desvanecidas, numa inquietude permanente a revelar-nos que era necessário mudar a ordem social reinante, fizeram-se também sentir em Vieira de Leiria. Período particularmente sensível, propenso à consciencialização de novos valores a construir, é nos anos de 1964 a 1966 que surgem diversas movimentações de vieirenses no sentido de conseguir o ensino na Vieira para além das Escolas Primárias, descentralizando as sedes do concelho e do distrito. O Padre João Beato acarinhou essa ideia e efetuou diferentes contactos tendo em vista a obtenção do alvará para a criação do ensino liceal. Dificuldades diversas, entre as quais o próprio facto de deixar de ser o pároco da vila, impediram a concretização desse desiderato. O pároco, Padre



Franklin Henriques da Cunha, tomou posse da paróquia em Outubro de 1965 e dois anos depois fundou o Externato Paroquial Rainha Santa de Vieira de Leiria, ligado à Fábrica da Igreja. Funcionou em salas anexas à Igreja e, também nesse ano, aí funcionou o posto de Telescola. Em espaço próximo, no terreno que é hoje parque de estacionamento do Mercado da Ulmar, foi edificado o primeiro jardim infantil, vindo a institucionalizar-se no atual Jardim dos Pequeninós Inácia Piedade Tomé Feteira.

Numa segunda fase, e ainda ligado à Fábrica da Igreja, surge o Externato Técnico-Liceal da Beira-Mar, agregando o Colégio da Guia. A vida do ensino particular sob a égide do pároco conheceu então um grande impulso, tendo sido preocupação do seu diretor e fundador a formação dos seus professores através de encontros/debates com outros colégios. Diferentes concepções do ensino particular viriam a impedir a continuação da ligação do Colégio da Guia com o Externato, já que para o Padre Franklin interessava mais a vertente social do ensino, sendo de somenos as vantagens ou lucros económicos daí resultantes. Foi então criada a SOCULTURAL, uma sociedade anónima que reuniu um grande número de vieirenses e foi constituída em 4 de Julho de 1970.

Temos para nós que qualquer ideia durável e significativa no sentir de uma comunidade, num dado momento propício à sua realização, encontrará a personalidade ou o grupo capaz de a materializar, desse modo a pessoa ou pessoas sendo apenas o símbolo temporário dessa capacidade de concretização - este é o caso do ensino em Vieira de Leiria que foi, na realidade, o fruto da aspiração de muitos vieirenses, ao longo de anos. Mas, ao agarrar este comum anseio, o Padre Franklin soube intuir e reproduzir os interesses da freguesia, merecendo-nos assim a homenagem que a Escola do 2.º ciclo já lhe consagrou ao elegê-lo seu patrono.



2.- CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Atualmente, o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria é constituído por 2 estabelecimentos de educação pré-escolar, 3 estabelecimentos de educação do 1º ciclo do ensino básico, 1 Escola Básica do 2º ciclo do ensino básico e a Escola do 3º Ciclo e Secundário onde funciona a Sede do Agrupamento:

DESIGNAÇÃO	ESTABELECIMENTOS
Jardins de Infância	Jardim de Infância da Praia da Vieira
	Jardim de Infância de Vieira de Leiria (Fonte Santa e Outeiros)
Escolas Básicas do 1º Ciclo	Escola Básica do 1º Ciclo António Vitorino
	Escola Básica do 1º Ciclo da Passagem
	Escola Básica do 1º Ciclo da Praia da Vieira
Escola Básica do 2º Ciclo	Escola Básica do 2º Ciclo Padre Franklin
Escola Básica do 3º Ciclo e Secundário	Escola Básica do 3º Ciclo e Secundário José Loureiro Botas

2.1. CARATERIZAÇÃO SUMÁRIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS

JARDINS DE INFÂNCIA

- Praia da Vieira

O Jardim de Infância da Praia da Vieira foi construído de raiz, pela Câmara Municipal da Marinha Grande em 1989 e entrou em funcionamento em Novembro do mesmo ano.





Tem capacidade para a frequência de 50 crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

É constituído por duas salas de atividades, espaçosas, com boa luminosidade e com área própria para expressão plástica.

As outras instalações que fazem parte do Jardim de Infância são um “hall” de entrada onde ficam os cabides, um gabinete para o pessoal docente, uma cozinha com dispensa, duas casas de banho para as crianças e outra para os adultos.

O espaço exterior é bastante espaçoso e comunica com o espaço da escola do 1º Ciclo, tem passeios cimentados, zona relvada e caixa de areia.

Independente do edifício do Jardim e nas traseiras deste, existe uma cantina onde são servidos almoços às crianças do Jardim e do 1º Ciclo e uma sala de prolongamentos de horário (componente de apoio à família).

O edifício da cantina é composto por uma sala de refeições, cozinha, dispensa e duas casas de banho para as crianças e uma para adultos.

- Vieira de Leiria

O Jardim de Infância de Vieira de Leiria é constituído por



quatro salas, sendo duas delas integradas num espaço construído de raiz para o efeito e as outras duas situadas num espaço adaptado, a sensivelmente um quilómetro de distância, numa antiga escola primária, EB1 dos Outeiros. Possuem “hall” de entrada, gabinete para o pessoal docente, casas de banho para as crianças e para os adultos.

O espaço exterior é espaçoso tem passeios cimentados, zona relvada e caixa de areia.



ESCOLAS DO 1.º CICLO



Os edifícios das Escolas do 1.º ciclo da Praia da Vieira e da Passagem são do tipo Plano dos Centenários, constituídos apenas por duas salas de aulas, pequenos átrios cobertos e recreios ao ar livre.

A Escola do 1.º ciclo António Vitorino de Vieira de Leiria compreende um edifício de rés-do-chão e 1.º piso com oito salas de aula, átrios cobertos, um campo de jogos e recreios ao ar livre.

No ano letivo de 1999/2000, a Câmara Municipal fundou a Mediateca/Biblioteca Municipal no edifício existente no espaço onde está edificada a Escola António Vitorino. Este equipamento tem servido os alunos do 1.º ciclo mediante programação.



ESCOLA DO 2.º CICLO PADRE FRANKLIN



A escola do 2.º ciclo é composta por dois blocos, bloco A de aulas e bloco C de serviços, que permanecem separados por um corredor coberto exterior.

No final dos anos 90 acrescentou-se um recreio coberto, balneários, arrecadação e abrigo para bicicletas.

No rés-do-chão do bloco A, encontra-se:

- 2 Salas de E.V.T.
- 1 Laboratório de Ciências da Natureza
- 1 Auditório
- 2 WC
- 1 Sala de livros de ponto

No 1.º andar encontra-se:

- 7 Salas de aula normal
- 1 Sala de funcionárias
- 2 Arrecadações

No rés-do-chão do bloco C, encontra-se:

- Reprografia
- Bar
- Refeitório
- Cozinha



- 1 Arrecadação
- 2 WC
- Elevador

No 1.º andar encontra-se:

- Sala de Professores
- Sala de Diretores de Turma
- 1 Sala de Informática
- Biblioteca/Mediateca
- 1 Sala de apoio
- 1 WC

ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ LOUREIRO BOTAS (Escola Sede)



O edifício escolar é composto por dois blocos: o bloco de aulas e o bloco polivalente.

O bloco de aulas é constituído por três pisos: rés-do-chão, 1.º andar e 2.º andar.

O rés-do-chão possui:

- 3 Salas de aula normal
- 1 Sala de Educação Tecnológica
- 1 Laboratório de Física
- 1 Laboratório de Química
- 1 Sala de preparação que serve os dois laboratórios
- 1 Gabinete dos Serviços de Psicologia e Orientação
- 1 Gabinete de Provedoria disciplinar
- 2 WC (um adaptado para alunos portadores de deficiência motora)



O 1.º andar possui:

- 2 Laboratórios de Biologia
- 1 Sala de preparação que serve os laboratórios
- 2 Salas de Informática
- 1 Sala de E.V.
- 3 Salas de aula normal
- 1 Sala de Livros de Ponto
- 1 Arrecadação
- 1 WC

O 2.º andar possui:

- 5 Salas de aula normal
- 1 Sala de Geografia
- 1 Sala de História
- 1 Sala de Matemática
- 1 Sala de Diretores de Turma
- 1 Arrecadação
- 1 WC.

O bloco Polivalente é composto por dois pisos: rés-do-chão e 1.º andar.

No rés-do-chão encontra-se:

- Secretaria
- Papelaria
- Palco e salão polivalente
- Refeitório
- Reprografia
- Gabinete de apoio ao aluno
- 1 Sala de funcionários
- Bufete
- Cozinha
- 4 wc

No 1.º andar situa-se:

- Direção;



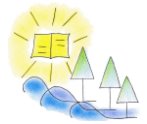
- Sala de professores;
- 1 WC.
- Sala de trabalho

A Escola Secundária José Loureiro Botas e a Escola Padre Franklin utilizam o Gimnodesportivo e a Piscina Municipal localizados nas imediações das escolas e que servem igualmente a comunidade em geral.

II. DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS A 2012/2013

Abandono escolar por ano de escolaridade

CICLO DE ESCOLARIDADE	ANO DE ESCOLARIDADE	ABANDONO
Pré-Escolar		0%
1º Ciclo	1º ano	0%
	2ºano	0%
	3º ano	0%
	4º ano	0%
	Sub-total	0%
2º Ciclo	5º ano	0%
	6º ano	0%
	Sub-total	0%
3º Ciclo	7º ano	1,19% (1)
	8º ano	0%
	9º ano	0%
	Sub-total	1,19% (1)
Secundário	10º ano	0%
	11º ano	0%
	12º ano	0%
	Sub-total	0%



Taxas de sucesso escolar

CICLO DE ESCOLARIDADE	ANO DE ESCOLARIDADE	TAXA DE SUCESSO ESCOLAR (%)
Pré-Escolar		100%
1º Ciclo	1º ano	100%
	2º ano	95,16%
	3º ano	95%
	4º ano	97,06%
	Taxa global	96,80%
2º Ciclo	5º ano	97,3%
	6º ano	96,2%
	Taxa global	96,75%
3º Ciclo	7º ano	75%
	8º ano	87,65%
	9º ano	89,47%
	CEF	86,96%
	Taxa global	84,77%
Secundário	10º ano	78,57%
	11º ano	85,11%
	12º ano	62,50%
	Taxa global	75,39%
Taxa global de sucesso escolar do Agrupamento		88,99%



Quadro de Mérito

CICLO DE ESCOLARIDADE	QUADRO DE EXCELÊNCIA	QUADRO DE VALOR
1º Ciclo	3 (1,34%)	0 (0%)
2º Ciclo	32 (22,86%)	0 (0%)
3º Ciclo	18 (8,11%)	2 (0,90%)
Secundário	22 (17,05%)	13 (10,08%)
Total	75 (10,49%)	15 (2,10%)

Nº total de alunos retidos – uma ou mais vezes

1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Secundário		
1 vez	2 ou mais vezes	Total	1 vez	2 ou mais vezes	Total	1 vez	2 ou mais vezes	Total	1 vez	2 ou mais vezes	Total
5	0	5	2	0	2	18	14	32	7	3	10
2,23% Total			1,43% Total			13,51% Total			7,75% Total		

Nota: No secundário o nº de retenções reporta-se apenas a alunos inscritos em todas as disciplinas curriculares.

Taxa de insucesso escolar por áreas disciplinares curriculares e não curriculares

1º CICLO												
Áreas Curriculares Disciplinares	1º ano			2º ano			3º ano			4º ano		
	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Português	0%	5,7%	9,4%	10,3%	6,9%	6,9%	2,6%	5%	5%	0%	5,7%	4,5%
Matemática	0%	1,9%	3,8%	13,8%	15,5%	15,5%	12,8%	7,5%	10%	6,3%	1,9%	3%
Estudo do Meio	0%	0%	0%	3,4%	1,7%	1,7%	0%	0%	2,5%	0%	0%	1,5%
Expressão Artísticas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Expressão Físico-Motora	1,9%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1,9%	0%	0%



2º CICLO						
Áreas Curriculares Disciplinares	5º ano			6º ano		
	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período
	%	%	%	%	%	%
Português	11,29	15,87%	6,35%	11,59	15,71%	10,59%
Matemática	9,68%	3,17%	7,94%	15,94%	8,57%	5,80%
Inglês	1,61	1,59%	1,59%	11,59	21,43	15,94%
História e Geo. de Portugal	11,29	9,52%	6,35%	13,04	7,14%	4,35%
Ciências Naturais	4,84%	3,17%	1,59%	2,90%	8,57%	0%
Educação Musical	3,23%	3,17%	3,17%	1,45%	1,43%	0%
Educação Tecnológica	1,61%	0%	0%	4,35%	4,29%	0%
Educação Visual	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Educação Física	0%	1,59%	0%	1,45%	1,43%	0%

3º CICLO									
Áreas Curriculares Disciplinares	7º ano			8º ano			9º ano		
	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Português	24,10%	13,41%	7,41%	18,99%	24,05%	11,39%	22,22%	24,07%	1,85%
Matemática	42,17%	43,9%	38,27%	40,51%	40,51%	36,71%	31,48%	35,19%	37,74%
Inglês	13,25%	25,61%	19,75%	22,78%	31,65%	16,46%	22,22%	12,96%	7,55%
Espanhol	9,52%	14,29%	9,68%	14,81%	20,37%	7,41%	4,17%	8,33%	0%
Francês	20%	15,79%	15,79%	40%	20%	4%	6,67%	6,67%	0%
Ciências Naturais	31,33%	25,61%	20,99%	21,52%	6,33%	5,06%	3,70%	5,56%	0%
CFQ	46,99%	43,90%	27,16%	39,24%	45,57%	35,44%	31,48%	27,78%	20,75%
TIC	-	-	0%	-	-	1,27%	3,70%	5,56%	0%
História	27,71%	29,27%	19,75%	12,66%	15,19%	6,33%	20,37%	7,41%	3,70%
Geografia	32,53%	28,05%	24,69%	29,11%	10,13%	7,59%	20,37%	16,67%	5,56%
Educação Visual	6,02%	7,32%	1,23%	1,27%	1,27%	0%	1,85%	0%	0%
Oficina de Artes	-	-	2,47%	-	-	1,27%	-	-	-
Educação Física	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%



SECUNDÁRIO									
Áreas Curriculares Disciplinares	10º ano			11º ano			12º ano		
	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período	1º Período	2º Período	3º Período
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Português	2,56%	5,26%	0%	16,28%	9,30%	6,98%	3,57%	3,57%	0%
Matemática A	18,18%	14,29%	5,26%	25,93%	25,93%	25,93%	15%	35%	30%
Inglês	10,26%	13,16%	2,86%	9,76%	7,32%	2,5%	-	-	-
Biologia e Geologia	13,64%	9,52%	0%	25%	14,29%	10,71%	-	-	-
Biologia	-	-	-	-	-	-	0%	0%	0%
MACS	17,65%	29,41%	18,75%	7,14%	20%	20%	-	-	-
Física e Química A	13,64%	14,29%	0%	13,33%	20%	13,33%	-	-	-
História	23,53%	23,53%	18,75%	5,88%	17,65%	11,76%	0%	0%	0%
Geografia	17,65%	17,65%	18,75%	53,33%	40%	8,33%	-	-	-
Filosofia	10,26%	10,53%	11,43%	17,78%	13,64%	13,64%	-	-	-
Psicologia	-	-	-	-	-	-	0%	3,33%	0%

Percentagem de alunos que progrediram sem aproveitamento a Português ou a Matemática

Ano de escolaridade	Ano letivo 2012/2013	
	Português	Matemática
1º ano	9,26%	3,70%
2º ano	6,45%	14,52%
3º ano	5%	10%
4º ano	1,47%	0%
5º ano	5,89%	2,94%
6º ano	8,33%	4,17%
7º ano	0%	13,10%
8º ano	2,47%	23,46%
9º ano	3,51%	29,82%



10º ano	0%	9,52%
11º ano	4,26%	12,77%
12º ano	0%	0%
CEF	30,43%	26,9%

Número de alunos que progrediram sem nenhuma negativa

1º CICLO		
Turma	Nº de alunos por turma	Nº alunos que progrediram s/ nenhuma negativa
3A	24	21
3B	19	16
3C	23	18
3D	18	15
3E	18	18
3F	17	17
3G	20	20
3H	15	14
4A	15	14
4B	12	11
5A	16	13
5B	16	15



2º CICLO		
Turma	Nº de alunos por turma	Nº alunos que progrediram s/ nenhuma negativa
5º A	20	17
5º B	25	21
5º C	19	17
6º A	19	13
6º B	18	13
6º C	18	13
6º D	17	15

3º CICLO		
Turma	Nº de alunos por turma	Nº alunos que progrediram s/ nenhuma negativa
7º A	19	10
7º B	21	11
7º C	20	9
7º D	21	12
8º A	20	13
8º B	17	8
8º C	19	12
8º D	25	8
9º A	12	4
9º B	15	7
9º C	12	9
9º D	17	8
CEF	23	4



SECUNDÁRIO		
Turma	Nº de alunos por turma	Nº alunos que progrediram s/ nenhuma negativa
10º A	21	18
10º B	18	13
11º A	20	16
11º B	7	4
11º C	17	13
12º A	24	11
12º B	15	15

Nº de alunos subsidiados do escalão A e do escalão B retidos por anos de escolaridade

Nº de alunos subsidiados do escalão A			
Anos de Escolaridade	Nº total de alunos subsidiados	Nº total de alunos retidos	% de retenções
1º Ano	4	0	0%
2º Ano	18	2	11,11%
3º Ano	10	0	0%
4º Ano	15	2	13,33%
5º Ano	12	0	0%
6º Ano	18	0	0%
7º Ano	14	6	42,86%
8º Ano	12	2	16,67%
9º Ano	11	0	0%
10º Ano	5	1	20%
11º Ano	4	0	0%
12º Ano	5	0	0%



Nº de alunos subsidiados do escalão B			
Anos de Escolaridade	Nº total de alunos subsidiados	Nº total de alunos retidos	% de retenções
1º Ano	8	0	0%
2º Ano	3	0	0%
3º Ano	9	1	11,11%
4º Ano	9	0	0%
5º Ano	12	0	0%
6º Ano	12	2	11,11%
7º Ano	21	5	23,81%
8º Ano	19	5	26,31%
9º Ano	17	0	0%
10º Ano	3	0	0%
11º Ano	9	0	0%
12º Ano	6	0	0%

RESULTADOS DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA EM 2012/2013

RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS DE CICLO EM 2012/2013

Em termos de percentagens obtidas, verificaram-se os seguintes resultados global por nível de ensino:

1º CICLO - 4º ANO										
	Português					Matemática				
	Níveis (%)					Níveis (%)				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Totais	6,45%	48,39%	38,70%	6,45%	0%	6,45%	40,32%	27,42%	22,58%	3,23%



2º CICLO - 6º ANO (1ª chamada)										
Português						Matemática				
Níveis (%)						Níveis (%)				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Totais	2,98%	46,26%	35,82%	13,94%	1,49%	17,6%	47,1%	19,1%	11,8%	4,4%

3º CICLO - 9º ANO										
Português						Matemática				
Níveis (%)						Níveis (%)				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Totais	2%	38%	52%	8%	0%	6,1%	46,9%	34,7%	10,2%	2%

SECUNDÁRIO										
Português (12º ano)						Matemática (12º ano)				
Classificações (%)						Classificações (%)				
	0-7	8-9	10-13	14-16	17-20	0-7	8-9	10-13	14-16	17-20
Totais	21,4%	35,7%	35,7%	3,6%	3,6%	28,6%	28,6%	28,6%	14,2%	0%

SECUNDÁRIO										
Física e Química A (12º ano)						Biologia Geologia (12º ano)				
Classificações (%)						Classificações (%)				
	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20
Totais	59,1%	18,2%	18,2%	4,5%	0%	33,4%	29,6%	29,6%	3,7%	3,7%



SECUNDÁRIO										
História (12º ano)						Geografia (12º ano)				
Classificações (%)						Classificações (%)				
	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20
Totais	15,4%	7,7%	53,8%	15,4%	7,7%	0%	9,1%	36,4%	45,4%	9,1%

SECUNDÁRIO										
MACS (12º ano)						Filosofia (12º ano)				
Classificações (%)						Classificações (%)				
	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20	1-7	8-9	10-13	14-16	17-20
Totais	6,7%	26,7%	46,7%	13,3%	6,7%	0%	20%	20%	60%	0%

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES EM 2012/2013

Nº DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES EM 2012/2013

TIPOLOGIA DAS MEDIDAS APLICADAS	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO
Atividades de Integração na escola	0	3	1	0
Repreensão registadas	0	0	1	0
Suspensão até 3 dias úteis	0	0	9	0
Suspensão entre 4 e doze dias úteis	0	1	5	1



III - VISÃO

Visão	Pretende-se ser um Agrupamento de referência do distrito de leiria com prestígio reconhecido a nível nacional.
-------	--

IV - MISSÃO

Missão	<p>Decorre da lei, o carácter público da Escola, enquanto espaço propiciador de igualdade de oportunidades, aceitando as divergências, mas procurando o reconhecimento da equidade na sua dimensão humana, não amplificando desigualdades sociais, mas esbatendo essa heterogeneidade e contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno, nas várias etapas do seu processo de aprendizagem.</p> <p>Neste sentido o agrupamento terá por missão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o investimento no sucesso dos seus alunos possibilitando que todos possam atingir o máximo das suas potencialidades; - privilegiar a aquisição e o desenvolvimento de competências e conhecimentos e fomentar o espírito crítico, a assunção do dever de cidadania e da disciplina, contribuindo para a formação de jovens e adultos cada vez mais capazes de enfrentar uma sociedade em constante mutação; - valorizar o capital humano que identifica o Agrupamento e o constrói no seu quotidiano, procurando alicerçar-se em valores que tornem o seu propósito, a missão de ensinar, um dos mais nobres.
--------	---



V – VALORES

Valores	<p>Em complementaridade com a Visão e Missão, os Valores Matriciais são parte intrínseca da identidade do Agrupamento, constituindo-se como pilar deste Projeto Educativo e são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Culturais de ordem cognitiva relacionados com a transmissão e aquisição de uma componente curricular humanística e científica; - Históricos, artísticos, patrimoniais e locais (recuperar a memória histórica, assegurar a preservação do património, reabilitar contextos histórico-culturais locais, fornecer situações de apreciação artística e criativa); - Éticos, numa dimensão pessoal e social, relacionados com a aquisição de princípios relativos à educação cívica e à promoção das diferentes expressões de autonomia e individualidade (valores pessoais - criatividade, espírito crítico, inovação, persistência, rigor, lealdade, trabalho, perseverança; valores sociais: pontualidade, assiduidade, solidariedade, democraticidade, participação e responsabilidade individual); - Ambientais e de saúde, na defesa do ambiente e na promoção de estilos de vida saudáveis.
---------	---

VI – PONTOS FORTES A POTENCIAR

Funcionamento dos órgãos de gestão e das estruturas de orientação educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças de topo ativas e empenhadas na melhoria de resultados e na adequação das respostas educativas; - Processo de autoavaliação com impacto na monitorização de resultados e funcionamento das estruturas pedagógicas.
Parcerias e Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Redimensionamento da rede de parcerias atualmente existentes; - Recrutamento de recursos físicos e humanos para alcançar um ensino de elevada qualidade.
Relação	



Pedagógica, Desenvolvimento Curricular e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Elevadas taxas de transição no ensino básico alcançadas no último triénio; - Atividades de enriquecimento curricular impulsionadoras das aprendizagens culturais e sociais.
Organização do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> - Critério da continuidade da lecionação das turmas na atribuição do serviço letivo dos professores; - Existência de reuniões intercalares de Conselho de Docentes do 1º Ciclo e dos Conselhos de Turma para planificação, gestão, articulação e avaliação dos projetos curriculares de turma; - Oferta educativa promotora da valorização da dimensão artística do currículo; - Incentivo às práticas experimentais na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, com efeito na melhoria da aprendizagem das ciências.
Relação do Agrupamento com Pais e Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Eficácia das estratégias direcionadas à prevenção do abandono escolar; - Total disponibilidade do Conselho Executivo para a realização de reuniões sistemáticas com as Associações de Pais.

VII – PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DE MELHORIA / PRIORIDADES PARA 2013/2017

Funcionamento dos órgãos de gestão e das estruturas de orientação educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação das práticas de articulação entre ciclos, no âmbito da permuta de informação relativa aos resultados de avaliação diagnóstica e no aprofundamento da sequencialidade das aprendizagens.
Parcerias e Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de parcerias com entidades empresariais locais e regionais. - Dotar o Agrupamento com mais recursos didáticos-pedagógicos. - Fortalecimento do papel da escola na comunidade onde



	<p>se insere, promovendo o reconhecimento da sua importância como fator agregador e impulsionador dessa mesma comunidade.</p>
<p>Relação Pedagógica, Desenvolvimento Curricular e Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação dos resultados nas provas finais do ensino básico; - Melhoria dos resultados dos exames das disciplinas do ensino secundário; - Motivação dos alunos para a utilização espontânea da biblioteca escolar; - Definição de critérios e da metodologia de avaliação dos planos de ação, no sentido de aferir a sua eficácia em termos dos resultados esperados.
<p>Organização do Agrupamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço das competências próprias do agrupamento no domínio estratégico, pedagógico e de gestão curricular, no quadro do seu projeto educativo em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados; - Estabelecimento da equidade do serviço prestado, procurando a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso, apostando na diversidade de percursos educativos e formativos; - Promoção do trabalho colaborativo entre os professores; - Reforço da cultura de articulação no agrupamento; - Fomento da articulação entre todos os docentes ao nível dos projetos de turma e do Projeto Educativo do Agrupamento. - Rentabilização de recursos para ir ao encontro da satisfação de prioridades da ação educativa.
<p>Relação do Agrupamento com Pais e Encarregados de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço do envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no percurso educativos dos discentes e nas atividades extracurriculares dinamizadas no Agrupamento.



VIII – OBJETIVOS GERAIS

1. Criar condições para que o Agrupamento garanta níveis de qualidade, eficiência e eficácia educativas no processo de organização e na prossecução do interesse público da educação;
2. Reforçar as competências próprias do agrupamento no domínio estratégico, pedagógico e de gestão curricular, no quadro do seu projeto educativo em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados;
3. Garantir a equidade do serviço prestado, procurando a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso, apostando na diversidade de percursos educativos e formativos;
4. Promover o desenvolvimento integral dos alunos, fomentando e valorizando atitudes ativas, intervenientes, conscientes, responsáveis e respeitadoras, na melhoria dos comportamentos pessoais e sociais;
5. Reforçar a cultura de articulação no agrupamento ;
6. Fortalecer o papel da escola na comunidade onde se insere, promovendo o reconhecimento da sua importância como fator agregador e impulsionador dessa mesma comunidade.

IX – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Objetivos Estratégicos		Metas	Indicadores
Reduzir o abandono escolar		Atingir ou aproximar o abandono escolar a 0%.	Fluxo escolar Nº alunos inicial /ano Nº alunos final / ano Taxa de abandono Taxa de absentismo
Promover a formação cívica dos discentes		Reduzir o número de ocorrências que justifiquem medidas disciplinares em 10%.	Nº de participações disciplinares Divulgação dos quadros de excelência e valor com recurso a canais de comunicação distintos.
		Aumentar a taxa	Classificações



Aumentar a taxa global de sucesso escolar.		global de sucesso escolar em 2 %, mantendo a proximidade à média Nacional.	internas Classificações externas Resultados nacionais
Aumentar as classificações internas no Ensino Básico		Aumentar a taxa global de níveis 4 e 5 em 3%.	Classificações internas das diversas disciplinas
Aproximar e superar os resultados dos alunos do Agrupamento relativamente à média das Provas de avaliação externa	Aumentar, a média das classificações das provas finais do ensino básico obtida pela totalidade dos alunos internos	Aumentar, a média em 2%	Classificações das Provas Finais de Ciclo e dos Exames Nacionais.
	Diminuir, a diferença entre a média das classificações internas de frequência e a média das classificações das provas finais e dos exames nacionais obtidos pela totalidade dos alunos internos;	Diminuir a diferença em 2%	Classificações das Provas Finais de Ciclo e dos Exames Nacionais. Classificações internas
	Melhorar o sucesso nas áreas estruturantes, nomeadamente no Português e na Matemática, do ensino básico,	manter, na globalidade, os resultados iguais ou acima da média nacional;	Classificações das Provas Finais de Ciclo e dos Exames Nacionais. Classificações internas
	Assegurar que os resultados obtidos pelos alunos do agrupamento, nas provas finais e nos exames nacionais, não sejam inferiores à média nacional nesses exames em mais de 5%;	Obter resultados não inferiores à média nacional nesses exames em mais de 5%;	Classificações das Provas Finais de Ciclo e dos Exames Nacionais. Classificações internas
Criar grupos de trabalho de controlo interno dos resultados académicos, no sentido de aferir a eficácia das estratégias implementadas.		Pelo menos um grupo por ciclo de ensino	Recursos humanos



Promover a formação de pessoal docente, não docente, discente e pais e encarregados de educação, centradas nas necessidades do Agrupamento, em articulação com o CFAE		Reforçar as competências da comunidade educativa Proporcionar pelo menos um momento anual.	Frequência de formações contínuas.
Adequar as ofertas educativas e formativas às reais necessidades dos alunos e da comunidade Envolvente.		Apresentar pelo menos uma candidatura anual a um percurso alternativo/profissionalizante	Recursos físicos
Estimular o envolvimento da comunidade na construção de instrumentos de autonomia		Receber contributos de discentes, docentes, não docentes e Pais e Encarregados de Educação	Recursos físicos
Monitorizar o percurso de todos os jovens estudantes		aumentar o nº de alunos que conclua a Escolaridade Obrigatória e prossegue estudos ou se insere no mercado de trabalho	Recursos físicos
Disponibilizar experiências de aprendizagem em áreas diversas		Trazer a pelo menos uma escola, uma vez por ano. profissionais de diversas áreas	Recursos físicos e humanos
Consolidar práticas de articulação entre ciclos		Realizar pelo menos uma reunião por período	Recursos físicos e humanos
Promover a melhoria da qualidade do ensino		Aplicar medidas de complemento pedagógico e apoio educativo, bem como medidas de regime educativo especial.	Recursos físicos e humanos.
Aumentar a diversidade e quantidade de recursos, tornando-		Melhorar o desempenho escolar e a formação dos	Recursos físicos Resultados escolares



-os acessíveis a um maior número de alunos		discentes.	
Dotar os discentes de um registo linguístico oral adequado aos contextos escolares e sociais.		Reforçar junto dos discentes a necessidade da adequar a linguagem aos diversos contextos em que se integram, banindo gradualmente o uso excessivo do calão.	Registos orais dos alunos.
Diversificar os mecanismos facilitadores da comunicação		criar pelo menos duas novas formas de interação entre os diversos intervenientes	Recursos físicos
Promover a participação voluntária dos pais e encarregados de educação, potenciando a sua adesão a programas de envolvimento das famílias na vida da escola;	Envolver os Pais e os Encarregados de Educação no percurso educativos dos discentes e nas atividades extracurriculares dinamizadas no Agrupamento;	Organizar projetos de intervenção/participação a promover pelos pais e encarregados de educação. Integrar as iniciativas e atividades dos pais e encarregados de educação no Plano Anual de atividades	Nº de projetos de intervenção/participação a promover pelos pais e encarregados de educação.
Proporcionar oportunidades para os alunos participarem em iniciativas culturais, de solidariedade, desportivas e ambientais ou outras		Proporcionar oportunidades para a participação em pelo menos um evento	Recursos físicos
Melhorar as relações da escola com o meio local envolvente		estabelecimento de duas novas parcerias e de divulgação de notícias e eventos escolares por via eletrónica	Recursos físicos e humanos



X – PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Princípios Organizacionais e metodológicos

Domínio	Projetos	Atividades	Recursos	Estratégias	Calendarização
QUALIDADE E EQUIDADE DO SERVIÇO PRESTADO	Projeto Sucesso +	Coadjuvâncias nas disciplinas estruturantes do 1º ciclo (4º e/ou 2º e/ou 3º anos) e 3º ciclo (9º ano)	Docentes dos grupos disciplinares 210, 220, 230, 300 ou 500 (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA)	Preparação e lecionação conjunta de um ou dois dos blocos semanais de Português e /ou Matemática, consoante os recursos disponíveis	De setembro de 2013 até junho de 2016
		Coadjuvâncias na componente das expressões artísticas no 1º ciclo	Docentes dos grupos disciplinares 240, 250, 530 ou 600	Preparação e lecionação conjunta de um dos blocos semanais da respetiva componente, consoante os recursos disponíveis	De setembro de 2013 até junho de 2016
		Grupos homogéneos nas disciplinas de Português e/ou Matemática em turmas do 6º e/ou 7º e/ou 8º anos	Salas de aula adicionais; Docentes dos grupos disciplinares 210, 220, 230, 300 ou 500 (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA)	Avaliação diagnóstica inicial, repetida periodicamente para aferir os progressos realizados; Lecionação paralela em grupos de nível na carga horária total da respetiva disciplina; Realização de reuniões semanais/quinzenais dos docentes envolvidos para avaliação e planificação conjunta das atividades. (implementação condicionada aos recursos disponíveis).	De setembro de 2013 até junho de 2016
		Programa Tutoria de pares	Professor dinamizador; Espaços à realização das atividades de apoio (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA)	Divulgação da atividade junto dos alunos; Formação inicial dos alunos tutores; realização das atividades de apoio por parte dos alunos tutores; reuniões periódicas com o professor dinamizador, destinadas à monitorização do desenvolvimento das atividades.	A partir de meados do 1º período letivo 2013/2014
		Apoios Educativos nas disciplinas estruturantes dos vários ciclos e nas disciplinas que revelem maiores níveis de insucesso no 3º ciclo e secundário	Docentes dos grupos disciplinares em questão (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA)	Prestação de apoio educativo em pequeno grupo consoante indicação do docente que leciona a disciplina	A partir de meados do 1º período letivo 2013/2014
		Acompanhamento de tutor	Docentes, (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA)	Acompanhamento de alunos no sentido de promover a sua integração efetiva na escola e a sua orientação educativa consoante indicação do Conselho de Turma	A partir de meados do 1º período letivo 2013/2014



	Oficinas pedagógicas	Salas adequadas; Docentes; (onde se incluem os a autorizar pelo MEC, nos termos da cláusula 6.ª do CA) materiais pedagógicos	Desenvolvimento de atividades para reforço, consolidação e otimização de aprendizagens, tendo em vista a ocupação plena dos alunos	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Apoios diversos no âmbito da educação especial	Salas adequadas; Docentes de diversos grupos disciplinares; materiais pedagógicos	Realização de atividades para reforço e/ou desenvolvimento de competências em áreas complementares/alternativas ao currículo	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Projeto “Testes Intermédios”	Salas; Docentes; testes disponibilizados pelo MEC	Aplicação de testes em todos os anos de escolaridade disponibilizados pelo MEC	Conforme calendarização do MEC
	Apoios técnico-especializados	Psicóloga do Agrupamento e Técnicos (psicólogo e técnico de ação social) afetos, se e enquanto elegíveis e financiáveis no âmbito de candidatura à medida 6.11 do POPH e/ou de protocolo com o CRI	Acompanhamento psicopedagógico e psicológico; aconselhamento a pais; terapia da fala e psicomotricidade, conforme os recursos afetos	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Projeto “Ciência a brincar” no pré-escolar e/ou no 1º ciclo	Docentes, materiais e equipamentos	Desenvolvimento de atividades de Ciências Experimentais	Periodicamente, de setembro de 2013 até junho de 2016
	Projeto “Ensinar para apoiar”	Docentes, materiais pedagógicos	Demonstração de novas técnicas e procedimentos para Pais e Encarregados de Educação do 1º ciclo de como apoiar os seus educandos no ensino da Matemática e/ou em métodos de estudo	Periodicamente, de setembro de 2013 até junho de 2016
	Quadro de mérito no 1º ciclo	Materiais de desgaste	Apuramento e divulgação à comunidade dos melhores alunos, por ano de escolaridade	Final do ano letivo
Projeto “Caminhos para um futuro com sucesso”	Percursos alternativos no ensino básico e Ensino Profissionalizante no ensino secundário	Computadores com acesso à <i>internet</i>	Apresentação de candidatura, sem prejuízo da rede escolar relativa à oferta educativa/formativa que venha a ser definida com os serviços competentes do Ministério de Educação e Ciências.	Conforme abertura de candidatura pelo MEC
	“Vamos pensar as profissões” (alunos do 8º ano)	Psicóloga do Agrupamento; Materiais de desgaste; materiais informativos em suporte de papel e informático, Computadores com acesso à <i>internet</i>	Realização de atividades para fomentar o desenvolvimento vocacional dos alunos do 8º ano de escolaridade;	2º Período letivo de cada um dos anos letivos



Desenvolvimento da Cidadania e Formação Integral Projeto de Intervenção e Combate da Indisciplina	"Ser ativo: explorar para decidir" (alunos do 9º ano)	Psicóloga do Agrupamento; Materiais de desgaste; materiais informativos em suporte de papel e informático; computadores com acesso à <i>internet</i> ; materiais de avaliação; profissionais externos	Realização de atividades destinadas a fomentar o desenvolvimento vocacional e apoiar a tomada de decisão de alunos. Entre outras desenvolvem-se atividades promotoras do autoconhecimento e do mundo das profissões como <i>Workshadowing</i> , entrevista a profissionais e alunos do ensino secundário, sessões de apoio aos pais	De setembro de 2013 até junho de 2016
	" Rumo ao futuro" (alunos do Ensino Secundário)	Psicóloga do Agrupamento; materiais de desgaste; materiais informativos em suporte de papel e informático, Computadores com acesso à <i>internet</i> ; profissionais externos	Desenvolvimento de atividades dirigidas aos alunos do secundário com vista a desenvolver e/ou consolidar as opções vocacionais	Pontualmente, ao longo do ano letivo
	Programa estruturado e sequencial para fomentar a disciplina Programa a desenvolver ao longo do 3º ciclo e a iniciar com turma(s) do 7º ano em 2013/14	Diretores de Turma; restantes docentes do Conselho de Turma; Existência de uma hora comum no horário dos Diretores de Turma envolvidos, Psicóloga Escolar	Identificação dos principais problemas relacionados com a disciplina e das respetivas causas; Definição de um conjunto reduzido de regras a cumprir por todos; Esclarecimento de todos os alunos e pais sobre o plano de intervenção e clarificação das expectativas relativamente aos papéis a cumprir por cada um dos intervenientes; realização de avaliações periódicas do estado do plano e dos objetivos atingidos, reajustando as intervenções em função destas avaliações; Planificação conjunta das atividades por parte dos Diretores de Turma envolvidos; Realização de reuniões mensais entre todos os participantes para troca de ideias e avaliação da implementação do plano; Auxílio de retaguarda da psicóloga que auxiliará na planificação e implementação das diferentes ações; Avaliação do plano de intervenção no final do ano letivo, comunicação dos resultados a todos os envolvidos, e informação sobre a continuidade do plano de intervenção no oitavo ano.	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Tutoria de pares	Professor dinamizador; alunos; espaços para a realização das atividades de apoio;	Divulgação da atividade junto dos alunos; Formação inicial dos alunos tutores; realização das atividades de acompanhamento e reflexão por parte dos alunos tutores; reuniões periódicas com o professor dinamizador, destinadas à monitorização do desenvolvimento das atividades.	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Regras sempre à mão (2º ciclo)	Docentes; material de desgaste	Criação de um cartão de bolso com a súmula das regras mais relevantes promotoras da disciplina	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	(Empty cell)	(Empty cell)	(Empty cell)	(Empty cell)



Educação para a Saúde	Vamos combater a indisciplina	Docentes; material de desgaste	Criação de um “Gabinete de provedoria e ação disciplinar” para o desenvolvimento de ações de âmbito disciplinar	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Continuar a aprender mesmo em momentos de lazer	Pessoal não docente; encarregados de educação; docentes; jogos lúdicos; espaços para a realização das atividades	Dinamização do recreio e de espaços de lazer em colaboração com os pais e encarregados de educação; Dinamização e/ou criação de diferentes espaços de convívio	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Ações de sensibilização	Docentes, psicóloga; técnicos externos ao Agrupamento; material audiovisual	Dinamização de ações de sensibilização; participação em projetos no âmbito da saúde promovidos por outras instituições	De setembro de 2013 até junho de 2016
	+ saúde + escola = crianças felizes	Docentes; Farmácia do centro da vila; material de desgaste; material audiovisual	Desenvolvimento de ações de sensibilização e de atividades no âmbito da saúde e bem-estar	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Desporto e saúde de mãos dadas	Docentes; material de desgaste e prémios	Criação de um quadro de mérito desportivo com o intuito de promover hábitos de vida saudável	De setembro de 2013 até junho de 2016
Articulação e Comunicação	Articulação e sequencialidade curricular	Docentes; material de desgaste	Criação do Conselho de Articulação e Sequencialidade Curricular para a coordenação da concretização da articulação curricular entre as várias disciplinas e ciclos	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Conselho de Ano (1º ciclo)	Docentes; material de desgaste	Realização de reuniões mensais por ano de escolaridade	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Conselhos de grupo disciplinar (2º e 3º ciclos e secundário)	Docentes; material de desgaste	Realização de reuniões semanais/quinzenais por grupo	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Conselho de articulação de atividades curriculares e de enriquecimento curricular	Docentes; material de desgaste	Realização de reuniões periódicas	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	Moodl@ndo	Docentes; computadores; internet	Utilização progressiva da plataforma moodle como veículo de comunicação intra-departamental e professor-aluno	A partir do 1º período letivo 2013/2014
	“AGIR”	Docentes; material de desgaste; computadores; internet	Criação de uma agência de informação (AGIR) Agência Gestora de Informação Regular, para comunicação e divulgação das ações em curso e dos documentos referenciais do Agrupamento, reforçando o uso da sua página eletrónica	A partir do 1º período letivo 2013/2014



	Informação na hora	Docentes; computadores; internet	Reforço do uso do correio eletrónico como meio preferencial de informação; Alargamento do circuito de divulgação da informação a um responsável do pessoal não docente promovendo a eficiência e a eficácia do serviço; Utilização de um Painel digital para divulgação de informações úteis; Alargamento do circuito de divulgação da informação através do envio da <i>newsletter</i> e boletim informativo da biblioteca do Agrupamento aos Pais e Encarregados de Educação	A partir do 1º período letivo 2013/2014
Envolvimento com o meio	Escola e comunidade lado a lado	Representantes do Agrupamento e das Instituições locais	Consolidação de parcerias com instituições locais (autarquia, bombeiros, associações desportivas e culturais- Industrial Desportivo Viegense e BIP-, instituições de solidariedade social) e outras para desenvolvimento de ações conjuntas, empréstimo de instalações, cedência de transportes e de recursos	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Escola + Comunidade = +Formação	Representantes do Agrupamento e de outras Instituições	Estabelecimento de parcerias com instituições e empresas para realização da formação em contexto de trabalho e outros tipos de formação.	De setembro de 2013 até junho de 2016
	“Dia A”	Docentes; alunos; pais e encarregados de educação; pessoal não docente; material manipulável, de desgaste, desportivo e informático; equipamento de som e informático; laboratórios;	Comemoração do Dia do Agrupamento incluindo a realização do Sarau cultural e Desportivo promovendo a participação da comunidade	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Experimentando com os avós	Instrumentos musicais; laboratórios; material para a realização de experiências	Desenvolvimento de atividades nas áreas das ciências experimentais e da expressão musical dirigida à população sénior em lares de idosos e na escola sede	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Pais + envolvidos = Pais + esclarecidos	Docentes; material de desgaste; computadores; internet; técnicos convidados	Realização de ações de sensibilização e esclarecimento direcionadas a pais e encarregados de educação	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Crescer sendo solidário	Comunidade educativa; outros recursos consoante a ação a desenvolver	Promoção e desenvolvimento de atividades no âmbito da solidariedade social	De setembro de 2013 até junho de 2016
	Valorizando o mérito	Docentes; material de desgaste; computadores; internet; patrocínios de entidades externas à escola	Realização de cerimónia de entrega de prémios no âmbito do quadro de mérito criado ao abrigo do Estatuto do Aluno em vigor e do quadro de mérito desportivo	De setembro de 2013 até junho de 2016



XI – CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Na constituição das turmas deve ser respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor perante situações pertinentes, e após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e o combate ao abandono escolares.

Neste sentido e tendo em consideração a legislação em vigor, designadamente o Despacho nº 5048-B/2013, de 12 de abril, definem-se os seguintes critérios para constituição de turmas:

Constituição de turmas na educação pré-escolar

- 1- As turmas são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.
- 2- Quando se trate de um grupo homogéneo de crianças de 3 anos de idade, o número de crianças por turma não poderá ser superior a 15.
- 3- As turmas que integrem crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 crianças, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições.

Constituição de turmas no 1.º ciclo do ensino básico

- 1- As turmas são constituídas por 26 alunos.
- 2- Nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, as turmas são constituídas por 18 alunos.
- 3- Nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.
- 4- As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de



funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

Constituição de turmas nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

1- As turmas dos 5.º ao 9.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.

2- Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção do conjunto das disciplinas que integram as de oferta de escola é de 20 alunos.

3- As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

Constituição de turmas no ensino secundário

1- Nos cursos científico-humanísticos o número mínimo para abertura de uma turma é de 26 alunos e o de uma disciplina de opção é de 20 alunos.

2- O reforço nas disciplinas da componente de formação específica ou de formação científico-tecnológica, decorrente do regime de permeabilidade previsto na legislação em vigor, pode funcionar com qualquer número de alunos, depois de esgotadas as hipóteses de articulação e de coordenação entre estabelecimentos de ensino da mesma área pedagógica, mediante autorização prévia dos serviços do Ministério da Educação e Ciência competentes.

3- Nos cursos profissionais, as turmas são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 30 alunos.

4- As turmas de cursos profissionais que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.



5- É possível agregar componentes de formação comuns, ou disciplinas comuns, de 2 cursos diferentes numa só turma, mediante autorização prévia dos serviços competentes em matéria de funcionamento dos cursos e, quando aplicável, de financiamento, não devendo os grupos a constituir ultrapassar, nem o número máximo nem o número mínimo de alunos previstos no n.º 3.

6- As turmas dos anos sequenciais dos cursos profissionais só podem funcionar com um número de alunos inferior ao previsto no n.º 3, quando não for possível concretizar o definido no número anterior.

Para além destes critérios, e dos expressos nas disposições comuns à constituição de turmas do supra citado despacho, são ainda de considerar os constantes no regulamento interno, nomeadamente:

1- Na constituição de turmas deverão prevalecer sempre critérios de natureza pedagógica, sendo ainda de considerar as situações pontuais referentes a cada ano de escolaridade e os interesses e motivações de aprendizagem expressas pelos alunos.

2- A organização das turmas será da responsabilidade do Órgão de Gestão, tendo em consideração os critérios provenientes do Conselho Pedagógico e/ou os pareceres dos conselhos de turma a que os alunos pertenceram no ano escolar anterior.

3- As turmas serão constituídas, sempre que possível, por alunos do mesmo nível etário, exceto na educação pré-escolar, pois neste nível de ensino as turmas são heterogêneas, compostas por crianças de 3, 4 e 5 anos.

4- Sempre que a sua formação tenha sido correta e desde que não exista indicação contrária do conselho de turma, deverá ser mantida, tanto quanto possível, a continuidade do mesmo bloco/ turma a que pertenciam no ano de escolaridade anterior. Caso haja indicação do conselho de turma para a mudança de turma de um aluno, esta deve ser justificada e ouvido o encarregado de educação.

5- As turmas não deverão ser constituídas, exclusivamente por alunos retidos, salvo quando, por razões pedagógicas devidamente fundamentadas, a direção regional de educação do centro assim o autorize.



6- Os alunos com escolaridade irregular e os alunos provenientes de países estrangeiros e que necessitam de beneficiar de apoio pedagógico, deverão ser agrupados de forma a possibilitar o apoio pedagógico necessário.

7- A constituição das turmas deverá obedecer à exigência de instalações adequadas, sendo o número de alunos por turma estabelecido de acordo com a legislação em vigor.

XII – PARCERIAS

Desde a sua criação que o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria se tem pautado por um posicionamento aberto e bastante ativo ao desenvolvimento de parcerias, tanto a nível local como nacional, e até internacional.

A nível local, assumem particular relevo as parcerias com a Camara Municipal da Marinha Grande, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria e Associação de Pais e Encarregados de Educação, contudo são também de mencionar outras entidades parceiras e com as quais, na sua maioria, se celebram protocolos.

- Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria
- Industrial Desportivo Vieirense
- Biblioteca Instrução Popular
- Biblioteca de Instrução e Recreio
- Farmácia A. Guerra Pedrosa
- Tecido Empresarial local e limítrofe
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- APPCDM
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- EPAMG- Escola Profissional e Artística da Marinha Grande
- Centro de Formação LeiriMar
- CENTIMF
- CENFIM
- Valorlis



- Circunscrição Florestal da Marinha Grande

A nível nacional destaca-se

- Instituto Politécnico de Leiria e Escola Superior de Educação de Leiria
- Universidade de Coimbra
- Universidade do Minho
- Universidade de Lisboa
- Escola Superior Educação de Santarém
- Centro de Competências Entre Mar e Serra
- OIKOS

Mais recentemente iniciámos parcerias com escolas de outros países no âmbito do programa Comenius, designadamente, com a Inglaterra, Itália, Espanha, França e Turquia.

XIII – ÁREAS DE FORMAÇÃO

Neste capítulo realça-se que o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria procurará proporcionar ações/intervenções, atendendo a necessidades prementes de todos os intervenientes no processo educativo, a saber, professores, alunos, pais/encarregados de educação e assistentes técnicos e operacionais, tendo por referência as áreas de formação a seguir elencadas.

- Tecnologias de Informação e Comunicação (pessoal docente e não docente)
- Didáticas Específicas (pessoal docente)
- Programas/aplicações específicas (pessoal não docente)
- Avaliação e competências (pessoal docente)
- Relação pedagógica e resolução de conflitos (pessoal docente e não docente)
- Educação para a Saúde
- Educação Sexual
- Competências Parentais
- Sensibilização para algumas perturbações de desenvolvimento na criança/adolescente



- Ambiente
- Primeiros Socorros
- Segurança

XIV – AVALIAÇÃO DO PROJETO

Neste âmbito, pretende-se avaliar o grau de realização das ações, medidas e atividades previstas e aferir resultados obtidos, metas alcançadas e objetivos concretizados.

Esta avaliação será suportada, entre outros,

- Na elaboração, aplicação e análise de Inquéritos e grelhas de observação;
- Na análise de atas e relatórios das estruturas intermédias; e
- Nos resultados de avaliação interna e externa.